



Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA  
Ministro de Estado do Planejamento,  
Desenvolvimento e Gestão

ROBERTO JOÃO PEREIRA FREIRE  
Ministro de Estado da Cultura

#### ANEXO

Categoria Profissional	Quantidade de Postos
Técnico de Complexidade Gerencial V	3
Técnico de Complexidade Intelectual IV	10
Técnico de Suporte (qualquer NS em Ciências Humanas e Sociais)	3
Técnico de Suporte (qualquer NS)	10
Técnico de Formação Específica (Ensino Médio Completo)	14
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>

### SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

#### PORTARIA Nº 27, DE 25 DE ABRIL DE 2017

O Coordenador de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios indenizatórios da Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoal Civil da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOL-

VIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002114/2017-99, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de LAURA GONÇALVES DE MELO, CPF: 095.647.804-20, companheira do anistiado político FRANCISCO SILVA CANAVARRO, CPF: 465.145.547-68, Matrícula SIAPE 1531129, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 24 de março de 2017, data do falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

### SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

#### PORTARIA Nº 19, DE 25 DE ABRIL DE 2017

Altera parte dos prazos para as atividades do processo orçamentário federal no exercício de 2017.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista, especialmente, o disposto nos arts. 2º, inciso IV, 3º, 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria SOF nº 9, de 20 de fevereiro de 2017, publicada na página 69 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2017, que passa a vigorar de acordo com o Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

#### ANEXO

Data/Período	Atividade	Processo
01/02 a 24/02	Captação no SIOP das propostas para o PLDO-2018.	PLDO-2018
03/03 a 06/03	Captação no SIOP da base externa de receita para realização da avaliação de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (1º bimestre).	Avaliações Bimestrais 2017
10/03 a 20/03	Captação no SIOP das solicitações de créditos suplementares autorizados na LOA-2017 (1ª fase).	LOA-2017
10/03 a 20/03	Captação no SIOP das solicitações de créditos suplementares e especiais dependentes de autorização legislativa (1ª fase).	LOA-2017
13/03 a 02/06	Captação no SIOP das propostas setoriais para a programação qualitativa do PLOA-2018.	PLOA-2018
31/03	Prazo para os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU informarem o sítio no qual foram disponibilizadas as informações sobre pessoal e benefícios.	LOA-2017
até 28/04	Captação no SIOP das informações sobre emendas individuais de execução obrigatória, inclusive os impedimentos de ordem técnica e legal.	LOA-2017
05/05 (*)	Divulgação pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF dos referenciais monetários para os pré-limites da pré-proposta do PLOA-2018 aos órgãos setoriais.	PLOA-2018
08/05 a 02/06 (*)	Captação no SIOP da pré-proposta dos órgãos setoriais para o PLOA-2018.	PLOA-2018
08/05 a 02/06 (*)	Agendamento e realização de reunião entre SOF e órgãos setoriais para apresentação institucional da estratégia e prioridades do órgão para o PLOA-2018.	PLOA-2018
04/05 a 05/05	Captação no SIOP da base externa de receita para realização da avaliação de que trata o art. 9º da LRF (2º bimestre).	Avaliações Bimestrais 2017
01/06 a 31/07	Captação no SIOP das informações referentes ao Acompanhamento Orçamentário (janeiro a junho).	LOA-2017
05/06 a 23/06	Agendamento e realização de reunião entre SOF e órgãos setoriais para discussão da pré-proposta para o PLOA-2018.	PLOA-2018
até 15/06	Encaminhamento à SOF, por intermédio dos órgãos setoriais de planejamento e de orçamento, ou equivalentes, para fins de definição dos limites orçamentários para atender ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais e de Sentenças Judiciais de empresas estatais dependentes, de informações contendo a necessidade de recursos orçamentários para 2018, segregadas por tipo de sentença, unidade orçamentária, grupo de natureza de despesa, autor, número do processo, identificação da Vara ou Comarca de trâmite da sentença objeto da ação judicial, situação processual e valor.	PLOA-2018
19/06 a 23/06	Captação no SIOP da base externa de receita para estimativa do PLOA-2018.	PLOA-2018
12/07 (*)	Divulgação dos referenciais monetários dos órgãos setoriais para o PLOA-2018.	PLOA-2018
05/07 a 06/07	Captação no SIOP da base externa de receita para realização da avaliação de que trata o art. 9º da LRF (3º bimestre).	Avaliações Bimestrais 2017
até 10/07	Prazo para os Poderes, o MPU e a DPU implementarem os atos e as medidas necessários solicitados pelo Poder Legislativo, nos termos do inciso II do art. 69 da LDO-2017, referentes a emendas individuais, salvo nos casos que dependam de aprovação de projeto de lei.	LOA-2017
10/07 a 21/07	Agendamento e realização de reunião entre SOF e órgãos setoriais para discussão da projeção de receitas próprias e vinculadas para o PLOA-2018, mediante solicitação dos órgãos setoriais interessados.	PLOA-2018
17/07 a 04/08 (*)	Captação no SIOP do detalhamento da proposta orçamentária dos órgãos setoriais para o PLOA-2018.	PLOA-2018
03/08 e 04/08	Revisão e ajuste pelos setoriais das bases externas de receita para estimativa do PLOA-2018.	PLOA-2018
até 20/07	Encaminhamento pelo Poder Judiciário à CMO, à SOF, à AGU, aos órgãos devedores e à PGFN da relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos no PLOA-2018 discriminada por órgão da administração pública direta, autarquia e fundação, e por grupo de natureza de despesa.	PLOA-2018
17/07 a 28/07 (*)	Captação das informações relativas à Dívida Contratual, no Sistema Auxiliar de Operações de Crédito - SAOC do SIOP, relativas ao PLOA-2018.	PLOA-2018
24/07 a 01/09	Captação no SIOP das Informações Complementares ao PLOA-2018.	PLOA-2018
até 30/07	Comunicação à SOF, pelos órgãos e entidades devedores de precatórios, sobre eventuais divergências verificadas entre a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos PLOA-2018 e os processos que originaram os precatórios recebidos.	PLOA-2018
15/08	Prazo final para envio no SIOP das Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União - MPU e da Defensoria Pública da União - DPU.	PLOA-2018
até 26/08	Prazo para que os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e a DPU apresentem à SOF o detalhamento da programação pretendida relativa aos limites distribuídos para despesas com pessoal e encargos sociais relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, para fins de elaboração do anexo específico do anexo específico do PLOA-2018.	PLOA-2018
05/09 e 06/09	Captação no SIOP da base externa de receita para realização da avaliação de que trata o art. 9º da LRF (4º bimestre).	Avaliações Bimestrais 2017
01/09 a 10/09	Captação no SIOP das solicitações de créditos suplementares autorizados na LOA-2017 (2ª fase).	LOA-2017
01/09 a 10/09	Captação no SIOP das solicitações de créditos suplementares e especiais dependentes de autorização legislativa (2ª fase).	LOA-2017
01/09 a 10/09	Captação no SIOP das justificativas do impedimento de ordem técnica relativas às programações incluídas ou acrescidas por meio de emendas de bancada estadual com identificador de resultado primário 7 - RP 7.	LOA-2017
até 28/09	Encaminhamento à CMO, com cópia para a SOF, do parecer do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, sobre as Propostas Orçamentárias para 2018 dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, respectivamente.	PLOA-2018
03/11 a 06/11	Captação no SIOP da base externa de receita para realização da avaliação de que trata o art. 9º da LRF (5º bimestre).	Avaliações Bimestrais 2017
01/11 a 10/11	Captação no SIOP das solicitações de créditos suplementares autorizados na LOA-2017 (3ª fase).	LOA-2017
01/12 a 31/01/2018	Captação no SIOP das informações referentes ao Acompanhamento Orçamentário (janeiro a dezembro).	LOA-2017
até 08/12	Captação no SIOP das solicitações de créditos suplementares autorizados na LOA-2017, destinados ao atendimento de despesas obrigatórias e do serviço da dívida (4ª fase).	LOA-2017

(\*) Prazos alterados por esta Portaria.

### SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

#### PORTARIA Nº 33, DE 9 DE MARÇO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso II, e art. 40 da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº 04911.000757/2011-42, resolve:

Art. 1º Autorizar a Concessão de Direito Real de Uso, para MANOEL VIANA DA COSTA, CPF nº 942.668.403-49, do imóvel de propriedade da União, classificado como Nacional Interior, localizados na Travessa Grijalma Carneiro, nº 150, município de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí, com área de 544,09 m², inscrito sob o RIP nº 0288.0100269-98.

Parágrafo único. A área acima mencionada apresenta as seguintes características: COORDENADAS UTM DATUM SIRGAS 2000 FUSO 24: 239948.232333,9675675.93539; 239998.072565,9675676.21541; 239997.812566,9675670.41538; 240000.162577,9675670.25538; 239999.812576,9675665.10535; 239996.41256,9675665.33535; 239996.602562,9675663.17534; 239958.00238, 9675668.74536; 239948.352336,9675662.98533.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício de família de baixa renda ocupante do imóvel que deve comprovar renda familiar não superior a cinco salários mínimos.

Art. 3º O prazo da concessão é indeterminado.

Art. 4º Fica o beneficiário impedido de transferir o imóvel sem a autorização prévia da SPU.

Art. 5º A concessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALINNE CASTELO BRANCO GIBSON